



Análise econômica comparativa do conceito de "bônus-hora" e teorias monetárias tradicionais

Comparative economic analysis of the "hour-bonus" concept and traditional monetary theories

Marco Antonio Milani Filho*

Resumo: Este artigo examina o conceito de "bônus-hora" apresentado no romance mediúnico "Nosso Lar", de Francisco Cândido Xavier, e investiga suas relações com as teorias monetárias tradicionais, incluindo as abordagens clássica, neoclássica, keynesiana, marxista e austríaca. O "bônus-hora" é descrito na obra como uma unidade de valor no mundo espiritual, adquirida através do trabalho e usada para obter bens e serviços, funcionando de forma aproximada ao dinheiro na economia material. A análise comparativa revela que, embora o "bônus-hora" compartilhe características com as teorias tradicionais de valor e moeda, como a valorização do trabalho (clássica e marxista) e a função de meio de troca (neoclássica e austríaca), ele também incorpora aspectos únicos ligados ao mérito espiritual e ao esforço altruísta. A teoria keynesiana é refletida parcialmente na ideia de incentivo à contribuição produtiva, embora o sistema espiritual não envolva políticas monetárias ou fiscais. A abordagem crítica da teoria marxista é considerada na ausência de exploração e apropriação de mais-valia no contexto de "Nosso Lar". Este estudo proporciona uma compreensão teórica do "bônus-hora" e suas implicações econômicas, elucidando semelhanças e diferenças fundamentais entre os conceitos econômicos materiais e espirituais. A pesquisa contribui em campo interdisciplinar, envolvendo economia, literatura e religião, oferecendo uma perspectiva peculiar ao estudo de sistemas de valor e recompensa.

Palavras-chave: Bônus-hora; teorias monetárias; análise comparativa.

Abstract: This article examines the concept of "hour-bonus" presented in the spiritualist novel "Nosso Lar" by Francisco Cândido Xavier and investigates its relationships with traditional monetary theories, including Classical, Neoclassical, Keynesian, Marxist, and Austrian approaches. The hour-bonus is described in the novel as a unit of value in the spiritual realm, acquired through work and used to obtain goods and services, functioning similarly to money in the material economy. Comparative analysis reveals that although the hour-bonus shares characteristics with traditional theories of value and currency, such as the valorization of labor (Classical and Marxist) and the function as a medium of exchange (Neoclassical and Austrian), it also incorporates unique aspects related to spiritual merit and altruistic effort. The Keynesian theory is partially reflected in the idea of incentive for productive contribution, although the spiritual system does not involve monetary or fiscal policies. The critical approach of Marxist theory is considered in the absence of exploitation and appropriation of surplus value in the context of "Nosso Lar". This study provides a theoretical understanding of the hour-bonus and its economic implications, elucidating fundamental similarities and differences between material and spiritual economic concepts. The research contributes to an interdisciplinary field involving economics, literature, and religion, offering a unique perspective on the study of value and reward systems.

Keywords: Hour-bonus; monetary theories; comparative analysis.

* Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade São Paulo. Professor do PPG em Administração da Universidade Estadual de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6363-5105>.

Introdução

O romance "Nosso Lar", de autoria do médium mineiro Francisco Cândido Xavier, publicado em 1944, é uma das obras mais bem-sucedidas do mercado editorial brasileiro, tendo vendido mais de 2 milhões de exemplares (Braga, 2024). Traduzido para diversos idiomas e adaptado para várias mídias, incluindo filme, teatro e radionovela, o livro narra a história do personagem André Luiz, que descreve suas experiências após a morte. No enredo, André Luiz é levado à colônia espiritual que dá nome à obra, onde ele observa e relata a rotina dos habitantes, incitando reflexões sobre importantes questões filosóficas e morais.

Desencarnado, o protagonista admite a dificuldade de descrever fielmente sua nova realidade devido às limitações da linguagem terrena, mas se esforça para comunicar suas observações. Ele descreve que os habitantes da colônia espiritual mantêm hábitos e práticas semelhantes aos das sociedades materiais: alimentam-se, trabalham, bebem, dormem, locomovem-se, estudam e utilizam uma ficha de trabalho chamada "bônus-hora". Esse sistema de recompensa, obtido pelo esforço pessoal, funciona como uma moeda com características específicas.

A narrativa pressupõe a existência de uma cidade espiritual com relações sociais e econômicas análogas às da vida física. O "bônus-hora" desempenha um papel crucial na mediação das interações comunitárias, sendo acumulado por meio do trabalho individual e utilizado para a aquisição de bens e serviços, como casas e ingressos para eventos musicais.

Diante desse contexto econômico, este estudo tem como objetivo analisar se o conceito de "bônus-hora" apresentado por Xavier guarda alguma relação com as teorias monetárias tradicionais. Espera-se que a pesquisa contribua para uma compreensão teórica dessa ficha de trabalho e suas implicações econômicas dentro do contexto ficcional apresentado.

Este estudo não avalia a consistência doutrinária de "Nosso Lar" em relação aos princípios espíritas delineados nas obras de Allan Kardec. Para uma análise mais aprofundada sobre possíveis divergências doutrinárias, pode-se consultar trabalhos específicos como o de Vidal (2014).

Referencial teórico

Síntese da obra

O livro descreve a experiência do personagem André Luiz após sua morte, detalhando sua chegada e adaptação à colônia espiritual Nosso Lar. Acolhido e tratado, André começa a se recuperar emocionalmente dos primeiros momentos de perturbação psíquica que experimentou e é informado de que a colônia é um lugar de aprendizado e trabalho, onde espíritos no estado de erraticidade se preparam para futuras reencarnações (Xavier, 1989).

A colônia é organizada de maneira funcional, com diversos ministérios responsáveis por diferentes áreas, como auxílio, regeneração, comunicação, esclarecimento e

elevação. André é apresentado a essa estrutura e começa a compreender a importância do trabalho coletivo e do serviço ao próximo. Ele conhece personagens como Lísias, Clarêncio e Laura, que o ajudam a entender as leis espirituais e a importância da prática do amor e da caridade. Ao longo do livro, André Luiz se engaja em diversas atividades na colônia, contribuindo para o bem-estar dos outros espíritos e se preparando para futuras missões. Ele participa de reuniões, palestras e eventos que enriquecem seu conhecimento e fortalecem seu desejo de aprimoramento moral.

Ao final de sua estadia em "Nosso Lar", André Luiz reflete sobre sua jornada e o impacto transformador que a colônia teve para ele (Xavier, 1989).

"Nosso Lar" é uma obra com ensinamentos sobre a vida após a morte, a importância do trabalho e da caridade, e as leis que regem o mundo espiritual. A jornada de André Luiz serve como um guia para os leitores sobre como viver uma vida mais consciente e voltada para o amor e a evolução espiritual. A obra continua a ser uma referência importante para os estudiosos e simpatizantes do espiritualismo em geral, oferecendo consolo e esperança sobre a continuidade da vida após a morte (Xavier, 1989).

O bônus-hora

Nessa obra literária, o personagem Clarêncio é descrito como um espírito benevolente e sábio, que ocupa uma posição diretiva na colônia e desempenha um papel significativo na adaptação e instrução de André Luiz. Atuando como um mentor, oferece explicações sobre o funcionamento de Nosso Lar e os princípios que regem a vida espiritual. Ele ajuda André Luiz a entender a importância do trabalho e do serviço ao próximo no processo de evolução individual.

A primeira menção ao bônus-hora ocorre no capítulo 13 do livro, no diálogo entre Clarêncio e uma moradora da colônia que lhe foi pedir a concessão de "recursos" para proteger seus dois filhos que se encontravam encarnados na Terra, mas estavam exaustos e sobrecarregados de infortúnios. Em resposta, o dirigente questiona a quantidade de bônus-horas acumulada pela solicitante, conforme observado a seguir.

– Quantos bônus-hora poderá apresentar em benefício de sua pretensão?

A interpelada respondeu, hesitante: – Trezentos e quatro.

– É de lamentar - elucidou Clarêncio, sorrindo -, pois aqui se hospeda, há mais de seis anos, e apenas deu à colônia, até hoje, trezentos e quatro horas de trabalho (Xavier, 1989, p. 76)...

Para esse mesmo diálogo, o autor espiritual insere uma nota de rodapé afirmando que o bônus-hora se refere a um ponto relativo a cada hora de serviço. Assim, no romance assume-se a mesma percepção da contagem de tempo no mundo espiritual como no mundo físico e, também, que há registros que contabilizam a quantidade de horas trabalhadas individualmente.

Sobre a precificação do serviço solicitado, a única informação de que a quantidade acumulada de horas não seria suficiente para o respectivo atendimento não permite conhecer o valor mínimo esperado. Igualmente, a crítica de Clarêncio de que em seis anos de moradia a solicitante havia acumulado somente 304 horas de trabalho (equivalentes

a 50,7 horas/ano ou 4,2 horas/mês, em média), indica elevado grau de ociosidade ou de atividades que não são reconhecidas e contabilizadas como trabalho.

A segunda passagem em que o conceito de bônus-hora é explorado ocorre no capítulo 21, quando a personagem Laura discorre sobre a questão da propriedade na colônia espiritual ante a curiosidade de André Luiz. Abaixo, trechos do diálogo entre ambos.

– Como se encara o problema da propriedade na colônia? Esta casa, por exemplo, pertence-lhe?

Ela sorriu e esclareceu: – Tal como se dá na Terra, a propriedade aqui é relativa. Nossas aquisições são feitas à base de horas de trabalho. O bônus-hora, no fundo, é o nosso dinheiro. Quaisquer utilidades são adquiridas com esses cupons, obtidos por nós mesmos, à custa de esforço e dedicação. As construções em geral representam patrimônio comum, sob controle da Governadoria; cada família espiritual, porém, pode conquistar um lar (nunca mais que um), apresentando trinta mil bônus-hora, o que se pode conseguir com algum tempo de serviço. Nossa morada foi conquistada pelo trabalho perseverante de meu esposo, que veio para a esfera espiritual muito antes de mim. Dezoito anos estivemos separados pelos laços físicos, mas sempre unidos pelos elos espirituais (Xavier, 1989, p. 115).

Na comparação direta presente no diálogo acima, reconhece-se o bônus-hora como “dinheiro”, com a mesma função econômica de valor para a aquisição de bens. No caso, precifica-se uma “casa” por 30 mil bônus-hora. Supondo-se uma média de 8h/dia de trabalho, então seriam necessários cerca de 3.750 dias efetivamente trabalhados (equivalentes a 10,4 anos de atividades ininterruptas). Na história, a personagem Laura informa que o seu “esposo” Ricardo desencarnou 18 anos antes dela e, neste período, acumulou os recursos para a compra do imóvel.

O capítulo 22 da obra, entretanto, é dedicado exclusivamente para tratar do bônus-hora. André Luiz faz novos questionamentos e recebe explicações sobre como funciona o sistema de recompensas em “Nosso Lar”. Laura descreve que todos os habitantes da colônia cooperam para o bem comum e recebem o necessário para viver, como pão e roupa. No entanto, aqueles que trabalham ganham direitos adicionais, como a possibilidade de ter uma casa própria e escolher suas vestimentas. Ela destaca que os espíritos que não trabalham ainda podem ser abrigados e receber cuidados, mas não têm as mesmas prerrogativas dos trabalhadores. Aqueles que trabalham arduamente acumulam bônus-horas, que lhes permitem desfrutar de mais benefícios, como acesso a locais de entretenimento, interação com sábios orientadores e participação em diversas escolas dos “ministérios” da colônia.

Laura enfatiza a importância do trabalho e a necessidade de cada habitante contribuir com pelo menos 8 horas de serviço útil por dia. Além disso, a “Governadoria de Nosso Lar” permite até 4 horas extras de trabalho para aqueles que desejam colaborar mais, resultando em um potencial de 72 bônus-horas por semana, sem contar os serviços sacrificiais que têm remuneração maior.

Na fala da Laura, destaca-se a semelhança da concepção material da jornada trabalhista terrena com a da colônia espiritual, não somente com relação à duração e referências temporais, como na própria organização dos dias úteis e de descanso.

Ao se afirmar na narrativa da personagem Laura que os moradores de Nosso Lar “recebem o necessário para viver, como pão e roupa”, pode-se causar estranheza a possibilidade de “não se viver” para seres que já estão fisicamente mortos, mas considerando essa

peculiaridade da história, assume-se que alimentos e vestuário são produtos necessários de consumo, novamente enfatizando a existência de relações econômicas tipicamente materiais e justificando a circulação de mercadorias.

Sob o aspecto moral constantes na obra, procura-se enfatizar que o essencial é valorizar esforço e da melhoria pessoal e o acúmulo de bônus-hora expressaria, de alguma maneira, esse empenho.

Na economia da colônia, o bônus-hora proporciona vantagens aquisitivas para imóveis (um por família), tipo de vestuário e outros benefícios e amenidades, além da possibilidade de intercessões por terceiros. Decorre-se daí capacidades econômicas diferenciadas de moradores decorrente do acúmulo de horas trabalhadas.

Transmissão de bens e direitos sucessórios

O processo sucessório em *Nosso Lar* possui regulação própria para a transferência de bens e direitos de uma pessoa para seus “herdeiros”.

Ainda no capítulo 22, da obra *Nosso Lar*, André Luiz indaga sobre a herança do patrimônio amealhado na colônia.

- E o problema da herança? - inquiri de repente.
- Não temos aqui demasiadas complicações – respondeu a senhora Laura, sorrindo. Vejamos, por exemplo, o meu caso. Aproxima-se o tempo do meu regresso aos planos da crosta. Tenho comigo três mil Bônus-Hora-Auxílio, no meu quadro de economia pessoal. Não posso legá-los a minha filha que está a chegar porque esses valores serão revertidos ao patrimônio comum, permanecendo minha família apenas com o direito de herança ao lar (Xavier, 1989, p. 124)...

A personagem Laura declara ter um saldo de 3 mil bônus-hora obtidos nos serviços promovidos pelo “Ministério do Auxílio”. Essa quantia será incorporada a um “fundo comum” quando ela reencarnar. No romance não se tem mais informações sobre como esses recursos serão administrados e aplicados, ou mesmo se Laura poderá reavê-los no futuro. Como também não se sabe se há inflação e outros fenômenos macroeconômicos que gerem variação de preços dos bens e serviços, essas questões ficam em suspenso.

A única transmissão possível é a da residência, mas igualmente não se conhece sobre as possibilidades de venda ou locação imobiliária.

Características gerais

Primordialmente, o conceito simbólico de bônus-hora apresentado no romance enaltece o trabalho e o esforço pessoal como ações necessárias para a evolução e o bem-estar do espírito, promovendo a ideia de que o mérito e a contribuição para o coletivo são recompensados proporcionalmente.

A descrição material da função econômica do bônus-hora permite elencar algumas características funcionais, ainda que aliadas a aspectos morais.

1. Moeda: o bônus-hora representa na história uma unidade de valor que os moradores de *Nosso Lar* utilizam para adquirir bens, serviços e intercessões para si e

- para terceiros. Pode ser acumulado e ter o saldo movimentado. Não se conhece os efeitos macroeconômicos que as transações entre os agentes podem gerar, o nível de escassez nem sobre a relação entre oferta e demanda dos produtos comercializáveis (de imóveis a concertos sinfônicos, por exemplo).
2. Trabalho e Mérito: Bônus-hora são valorizados com base nas horas trabalhadas e nos serviços prestados de natureza variada, desde atividades de auxílio, aprendizado e outras formas de contribuição ao aperfeiçoamento pessoal e à coletividade.
 3. Merecimento: Diferentemente das condições de obtenção de recursos monetários terrestres, o bônus-hora, segundo a proposta do livro, reflete o esforço altruísta e merecimento do Espírito.
 4. Aplicação: Os Espíritos utilizam os bônus-horas para acesso e aquisição de produtos e serviços em Nosso Lar, como a participação em cursos, obtenção de itens para conforto pessoal, ou recebimento de cuidados específicos. Destaca-se que essa aplicação tem caráter econômico semelhante ao contexto material da vida em sociedade dos encarnados.

Teorias monetárias

As teorias monetárias tradicionais, como as abordagens clássica, neoclássica, keynesiana, marxista e austríaca oferecem diversas perspectivas sobre a natureza da moeda, a criação de valor e os incentivos econômicos.

A teoria clássica, por exemplo, fundamenta-se no trabalho e no custo de produção como determinantes do valor (Smith, 2015), enquanto a teoria neoclássica enfatiza a utilidade marginal e as preferências subjetivas dos consumidores (Jevons, 2018). A abordagem keynesiana, por outro lado, foca no papel da moeda e da política fiscal na estabilização econômica e no incentivo à demanda agregada (Keynes, 2012; Dukic, 2021). A teoria marxista critica a exploração do trabalho e a acumulação de mais-valia como fontes de valor no capitalismo (Marx, 2013), e a Escola Austríaca valoriza a subjetividade do valor e a função da moeda como meio de troca, reserva de valor e unidade de conta (Mises, 2010).

Abordagens clássica e neoclássica

As teorias monetárias clássica e neoclássica compartilham várias semelhanças, mas também apresentam diferenças importantes que refletem a evolução do pensamento econômico. Ambas as teorias concordam na relevância do controle da oferta de dinheiro para garantir a estabilidade econômica. A teoria monetária clássica sustenta que a quantidade de dinheiro em circulação é diretamente proporcional ao nível de preços, e que mudanças na oferta de dinheiro afetam apenas os preços nominais, não os valores reais da economia (Smith, 2015; Ricardo, 2011). Essa visão é compartilhada pela teoria neoclássica, que também adota a teoria quantitativa da moeda expressa pela equação de troca de Irving Fisher: $MV = PT$, para a qual a quantidade de dinheiro

(M) multiplicada pela sua velocidade de circulação (V) é igual ao nível geral de preços (P) multiplicado pelo volume de transações (T). Essa relação implica que o total de dinheiro em circulação, ajustado pela frequência de uso, deve ser igual ao valor total das transações realizadas (Fisher, 2008).

Ambas as teorias consideram a moeda como neutra a longo prazo, sugerindo que mudanças na oferta de dinheiro não têm impacto duradouro na produção real ou no emprego. A teoria clássica baseia-se na suposição de que os mercados são flexíveis e se ajustam rapidamente, garantindo o pleno emprego (Mill, 2010). Da mesma forma, a teoria neoclássica acredita que a economia tende naturalmente ao equilíbrio de pleno emprego, desde que os preços e salários sejam flexíveis (Lucas, 1972). Portanto, tanto os clássicos quanto os neoclássicos veem a moeda principalmente como um véu que cobre as transações reais sem alterá-las substancialmente.

No entanto, a teoria neoclássica introduz conceitos mais avançados e refinados, como as expectativas racionais e o papel crítico dos bancos centrais. A teoria das expectativas racionais, sugerida por John Muth e popularizada por Robert Lucas, postula que os agentes econômicos usam toda a informação disponível para formar expectativas racionais sobre o futuro, ajustando suas decisões de acordo com as políticas econômicas antecipadas (Muth, 1961; Lucas, 1972). Isso contrasta com a visão clássica, que não considera explicitamente as expectativas dos agentes econômicos. A introdução das expectativas racionais implica que políticas monetárias previsíveis não têm efeitos reais de longo prazo, pois os agentes ajustam seus comportamentos para neutralizar os impactos dessas políticas.

Outra diferença significativa é o papel atribuído aos bancos centrais. A teoria clássica, focada no livre mercado e na autorregulação, não enfatiza tanto a intervenção dos bancos centrais. Em contraste, a teoria neoclássica reconhece a importância crucial dos bancos centrais na regulação da oferta de dinheiro e na manutenção da estabilidade econômica. Economistas neoclássicos como Milton Friedman argumentam que a inflação é sempre um fenômeno monetário, resultante de um crescimento da oferta de dinheiro maior do que o crescimento da produção (Friedman, 1968). Consequentemente, a política monetária rigorosa e a independência dos bancos centrais são vistas como essenciais para controlar a inflação e garantir a confiança na moeda (Taylor, 1993).

Além disso, a teoria neoclássica desenvolve a análise marginalista e a maximização da utilidade, conceitos que não são abordados pela teoria clássica. Os neoclássicos focam na microeconomia, examinando como os agentes econômicos maximizam sua utilidade (consumidores) ou lucros (produtores) com base nas informações disponíveis e ajustando-se aos preços de mercado (Marshall, 2013). Essa abordagem difere da visão clássica mais macroeconômica e agregada, que enfatiza as leis gerais do mercado e a autorregulação da economia.

Abordagem keynesiana

A teoria monetária desenvolvida por John Maynard Keynes durante a Grande Depressão da década de 1930, representou uma mudança paradigmática no pensamento

econômico. Em sua obra "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", Keynes desafia a visão clássica de que os mercados são autorreguláveis e que a economia tende naturalmente ao pleno emprego (Keynes, 2012). Ele argumenta que, em vez disso, a economia pode ficar presa em estados de desemprego elevado e subutilização de recursos devido à insuficiência da demanda agregada. A teoria keynesiana coloca uma ênfase central na demanda agregada como o principal motor da atividade econômica e do emprego (Dukic, 2021).

Keynes propôs que a demanda agregada é composta pela soma dos gastos de consumo, investimentos, gastos do governo e exportações líquidas (exportações menos importações). Ele destacou que, durante períodos de recessão, a demanda agregada frequentemente cai devido a uma redução nos gastos de consumo e investimento, levando ao aumento do desemprego. Keynes desafiou a ideia clássica de que os ajustes de preços e salários resolveriam rapidamente o desemprego, argumentando que salários nominais rígidos e a falta de flexibilidade nos preços poderiam impedir esse ajuste (Keynes, 2012).

Uma das contribuições mais significativas de Keynes foi a introdução do conceito de multiplicador, que descreve como um aumento nos gastos públicos pode levar a um aumento maior na renda nacional (Aspromourgos, 2023). De acordo com Keynes, quando o governo aumenta seus gastos, isso gera renda adicional para os trabalhadores e empresas, que, por sua vez, gastam parte dessa renda adicional, gerando mais renda e assim por diante. Este efeito multiplicador demonstra como políticas fiscais expansionistas podem ser usadas para estimular a economia durante períodos de baixo crescimento ou recessão (Blanchard; Johnson, 2013).

A teoria monetária keynesiana também enfatiza o papel crucial das expectativas na determinação do comportamento econômico. Keynes argumentou que as decisões de investimento são fortemente influenciadas pelas expectativas dos empresários sobre o futuro, que podem ser voláteis e sujeitas a mudanças abruptas. Isso contrasta com a visão clássica de expectativas racionais, em que os agentes econômicos são vistos como capazes de prever com precisão as futuras condições econômicas com base em toda a informação disponível (Minsky, 1975). A incerteza e a instabilidade das expectativas podem levar a flutuações significativas na demanda agregada, contribuindo para ciclos econômicos.

Keynes também destacou a importância das políticas monetárias e fiscais na estabilização econômica. Ele argumentou que o governo tem um papel ativo a desempenhar na regulação da economia para suavizar os ciclos econômicos e promover o pleno emprego. Durante períodos de recessão, Keynes defendeu o uso de políticas fiscais expansionistas, como o aumento dos gastos públicos e a redução dos impostos, para estimular a demanda agregada. Além disso, ele reconheceu a importância da política monetária, sugerindo que os bancos centrais deveriam reduzir as taxas de juros para incentivar o investimento e o consumo (Keynes, 2012).

A teoria keynesiana teve um impacto profundo na política econômica do pós-guerra, influenciando a adoção de políticas econômicas específicas em muitos países desenvolvidos. A implementação de políticas fiscais e monetárias ativas ajudou a mitigar os efeitos das recessões e promover o crescimento econômico durante várias décadas. No entanto, a teoria keynesiana também recebeu críticas, especialmente a partir da década

de 1970, quando a estagflação (combinação de alta inflação e desemprego) desafiou as previsões keynesianas. Economistas como Milton Friedman e os monetaristas criticaram a ênfase keynesiana na demanda agregada, argumentando que a inflação é sempre um fenômeno monetário e que as políticas fiscais expansionistas podem levar a déficits orçamentários insustentáveis e inflação elevada (Friedman, 1968).

Abordagem marxista

A teoria monetária proposta por Karl Marx no século XIX oferece uma perspectiva crítica sobre o funcionamento da economia de mercado e o papel do dinheiro na economia (Machado, 2020). Marx analisa a forma como o dinheiro se torna, segundo ele, um instrumento de dominação e exploração dentro do sistema capitalista. O valor das mercadorias seria determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las, uma ideia central na sua teoria do valor-trabalho (Marx, 2017). O dinheiro, nesse contexto, é uma representação do valor do trabalho incorporado nas mercadorias, servindo como um mediador nas trocas comerciais.

Pela abordagem marxista, Theodosio (2018) argumenta que o dinheiro, ao facilitar a troca de mercadorias, também mascararia as relações de exploração entre capitalistas e trabalhadores. Ele descreve o dinheiro como uma "mercadoria universal" que permite a troca de todas as outras mercadorias, funcionando como um meio de circulação e uma reserva de valor. O dinheiro, ao ser acumulado, se transformaria em capital, novamente investido pelos empresários para gerar mais valor através da exploração do trabalho (Marx, 2013). Esse processo de acumulação de capital seria o ponto chave para a dinâmica do capitalismo e estaria intimamente ligado à criação de mais-valia, que é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador.

A teoria marxista critica a neutralidade da moeda, uma ideia presente nas teorias clássicas e neoclássicas. Enquanto essas abordagens veem o dinheiro como um véu neutro que cobre as transações reais, Marx argumenta que o dinheiro desempenha um papel ativo na perpetuação das desigualdades sociais e econômicas. Ele enfatiza que o dinheiro, no capitalismo, não seria apenas um meio de troca, mas também um meio de acumulação de riqueza e poder (Harvey, 2011). A capacidade dos capitalistas de acumular dinheiro e transformá-lo em capital lhes daria o controle sobre os meios de produção e, por extensão, sobre a força de trabalho.

O sistema de crédito e o capital financeiro amplificariam, segundo Marx, as contradições do capitalismo. O crédito, ao permitir que os capitalistas antecipem a realização do valor, também aumenta os riscos de crises econômicas. O sistema de crédito poderia, dessa forma, levar à superprodução e à especulação, resultando em crises periódicas de acumulação de capital (Marx, 2017). Essas crises são vistas como inerentes ao capitalismo, decorrentes das suas contradições internas, incluindo a tendência à queda da taxa de lucro e a exploração intensificada dos trabalhadores.

A teoria monetária marxista também se diferencia por sua abordagem histórica e dialética. Marx não vê o dinheiro e o capital como categorias eternas, mas como fenômenos históricos específicos ao modo de produção capitalista.

Abordagem austríaca

A teoria monetária austríaca surgiu no final do século XIX e início do século XX, oferecendo uma abordagem distinta e crítica às escolas anteriores, principalmente à keynesiana e à marxista, sobre o papel do dinheiro na economia. Tendo Carl Menger como um dos seus fundadores, a escola austríaca enfatiza a subjetividade do valor, a importância do processo de mercado e a análise das ações individuais dos agentes econômicos (Pieniasek, 2018). Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, dois dos mais proeminentes economistas austríacos, desenvolveram teorias monetárias que destacam a importância do dinheiro como um meio de troca e criticam as intervenções governamentais na economia (Menger, 2012; Mises, 2010).

Mises argumenta que o dinheiro surgiu espontaneamente no mercado como um meio de facilitar as trocas, substituindo o sistema de escambo ineficiente (Mises, 2010). Ele sustenta que o valor do dinheiro é derivado de seu valor como mercadoria em um passado pré-monetário e que a demanda por dinheiro é influenciada pela utilidade marginal que ele proporciona aos indivíduos. Segundo Lewin e Cachanosky (2019), a teoria austríaca rejeita a visão de que o dinheiro é neutro, propondo que mudanças na oferta de dinheiro afetam a estrutura de preços relativos e a alocação de recursos na economia. Mises argumenta que a expansão da oferta de dinheiro por meio da criação de crédito bancário leva a ciclos econômicos de *boom e bust*, um processo que ele também denominou de ciclo de negócios (Mises, 2010).

Hayek expandiu essas ideias ao introduzir o conceito de "ordem espontânea" e a importância da informação dispersa no processo de mercado. Hayek argumenta que os preços relativos, incluindo as taxas de juros, transmitem informações essenciais que permitem aos indivíduos tomar decisões econômicas racionais (Hayek, 2008). Para Bagus e Blasco (2023), a interferência governamental, especialmente através da manipulação das taxas de juros pelo banco central, distorce essas informações e leva a investimentos inadequados, resultando em ciclos econômicos de expansão artificial e recessão inevitável. Hayek enfatiza que apenas o mercado livre pode coordenar eficientemente as decisões de milhões de indivíduos dispersos, ajustando a oferta e a demanda de maneira equilibrada (Hayek, 2008).

A teoria monetária austríaca também critica fortemente a inflação induzida pelo governo e a política monetária expansionista (Pieniasek, 2018). As abordagens de Mises e Hayek assumem que a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário, causado por um aumento na oferta de dinheiro sem um correspondente aumento na produção de bens e serviços (Hayek, 1945). Eles destacam que a inflação não apenas erode o poder de compra da moeda, mas também redistribui a riqueza de maneira injusta, beneficiando os primeiros receptores do novo dinheiro (como bancos e grandes empresas) às custas dos últimos receptores (como trabalhadores e poupadores).

Além disso, os economistas austríacos defendem o padrão-ouro como um mecanismo para restringir a expansão monetária descontrolada e garantir a estabilidade econômica (Bagus; Blasco, 2023). Mises argumenta que o padrão-ouro impõe uma disciplina fiscal aos governos, limitando sua capacidade de financiar déficits por meio da impressão de dinheiro (Mises, 2010). A Escola Austríaca vê o padrão-ouro não apenas como um

meio de estabilidade monetária, mas também como uma proteção contra a intervenção governamental excessiva na economia (Lewin; Cachanosky, 2019).

A teoria austríaca se destaca por sua análise dinâmica dos processos de mercado e sua ênfase na importância das ações individuais e das informações dispersas. Ao contrário das abordagens keynesiana e neoclássica, que frequentemente se concentram em modelos macroeconômicos agregados, os austríacos enfatizam a microfundamentação das teorias econômicas, argumentando que a compreensão dos processos econômicos deve começar com a análise das escolhas individuais (Rothbard, 2009). Essa abordagem metodológica distinta contribui para uma compreensão mais detalhada e realista dos fenômenos econômicos.

3 MÉTODO COMPARATIVO

O presente estudo utilizou uma abordagem qualitativa para comparar o conceito de "bônus-hora", apresentado no romance "Nosso Lar", com as teorias monetárias clássica, neoclássica, keynesiana, marxista e austríaca. A análise foi conduzida em duas etapas principais:

1. Identificação dos Fundamentos Teóricos: Cada teoria monetária foi revisada sinteticamente para identificar seus princípios fundamentais, como origem do valor, função da moeda, papel das instituições econômicas e impacto no comportamento dos agentes.
2. Mapeamento de Similaridades e Diferenças: O "bônus-hora" foi comparado a cada teoria monetária com base nos seguintes critérios direcionadores:
 - o Fonte de valor: Examinação de como o trabalho e o mérito são valorizados.
 - o Função econômica: Análise do "bônus-hora" como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.
 - o Mecanismos regulatórios: Verificação da presença ou ausência de políticas monetárias, fiscais e macroeconômicas no sistema de Nosso Lar.
 - o Impacto social e ético: Reflexão sobre como o sistema promove justiça e equidade em comparação com as economias materiais.

Os critérios direcionadores acima foram escolhidos por refletir os pilares centrais das teorias monetárias e sua aplicabilidade prática. A "fonte de valor" é essencial para compreender como diferentes sistemas econômicos definem a origem do valor, seja pelo trabalho, utilidade marginal ou mérito. A "função econômica" avalia a capacidade de um sistema de atuar como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, critérios fundamentais para a estabilidade e operacionalidade de qualquer moeda. Os "mecanismos regulatórios" são críticos para analisar como o equilíbrio econômico é mantido, considerando a ausência de intervenções fiscais e monetárias no "bônus-hora". Por fim, o "impacto social e ético" aprofunda a compreensão das implicações distributivas e de justiça nos sistemas, relacionando-as à moralidade e ao mérito espiritual propostos em "Nosso Lar". Esses critérios podem permitir um mapeamento mais abrangente e estruturado das semelhanças e diferenças entre o "bônus-hora" e os sistemas monetários reais.

A análise foi conduzida a partir de uma perspectiva interdisciplinar, cruzando economia e literatura, com foco em identificar tanto paralelos quanto limitações na aplicação prática do "bônus-hora" em contextos materiais.

Análise comparativa entre o conceito de bônus-hora e as teorias monetárias tradicionais

O conceito de bônus-hora, apresentado no romance “Nosso Lar”, é uma representação de um sistema de valor e recompensa que, apesar de a história se desenrolar no contexto espiritual, reproduz condições orgânicas e relações econômicas materiais, podendo ser comparado, até certo ponto, com abordagens monetárias das teorias clássica, neoclássica, keynesiana, marxista e austríaca.

Essencialmente, bônus-hora é expresso quantitativamente como unidade de valor adquirida por meio do trabalho devidamente registrado na colônia espiritual Nosso Lar e expresso em horas. Esse sistema compensatório permite a acumulação de recursos que incentiva o trabalho produtivo e a contribuição ao bem-estar coletivo, decorrente do esforço individual (Xavier, 1989). De maneira semelhante, a teoria clássica enfatiza a importância do trabalho como a fonte legítima de valor. Para os clássicos, o valor de uma mercadoria é determinado pelo custo de produção, incluindo o trabalho (Smith, 2015; Ricardo, 2011).

A teoria neoclássica foca na utilidade marginal e nas preferências individuais como determinantes do valor (Marshall, 2013). Embora o bônus-hora não siga diretamente essa abordagem, ele também reflete uma forma de recompensa baseada na contribuição individual, embora medido em termos de serviço voluntário e altruísta, e não de utilidade econômica. A teoria neoclássica vê o dinheiro como um meio eficiente de facilitar a troca e maximizar a satisfação individual, o que é paralelo ao uso de bônus-hora para facilitar o acesso a bens e serviços na colônia espiritual, recompensando o trabalho individual.

A teoria keynesiana, por outro lado, introduz a ideia de que a demanda agregada é o principal motor da atividade econômica e que o governo deve intervir para estabilizar a economia (Keynes, 2012). Embora o sistema econômico de Nosso Lar não seja detalhado adequadamente e o bônus-hora não envolva políticas fiscais ou monetárias, ele se assemelha à ideia keynesiana de incentivo ao comportamento produtivo. Em Nosso Lar, o acúmulo de bônus-hora pode incentivar os moradores a trabalharem e contribuir para a comunidade, promovendo um suposto equilíbrio e estabilidade na colônia, mas relativamente afasta-se do objetivo keynesiano de alcançar o pleno emprego considerando a opção de ociosidade voluntária e não há relatos claros sobre intervenções governamentais diretas em sentido oposto.

A teoria marxista oferece uma crítica mais direta ao sistema de valor e recompensa do bônus-hora, uma vez que Marx argumenta que o valor é determinado pelo trabalho socialmente necessário e que o dinheiro é um meio de exploração no capitalismo (Marx, 2013). O bônus-hora, embora também baseado no trabalho, funcionaria em um sistema que visa à justiça e ao progresso espiritual, ao invés da exploração. Ele se

opõe ao conceito marxista de mais-valia, pois em "Nosso Lar" o trabalho e a recompensa estão diretamente alinhados com o mérito e o serviço ao próximo medido em horas, sem a apropriação de uma suposta mais-valia por alguém que assuma os riscos do empreendimento e possua os fatores de produção.

A teoria monetária austríaca destaca a importância do dinheiro como um meio de troca e crítica fortemente as intervenções governamentais na economia. Nesse sentido, há uma aproximação com o uso do bônus-hora como meio de troca, mas não envolve a criação de crédito bancário ou intervenções monetárias. Tanto a proposta austríaca como o sistema de bônus-hora valorizam a importância do mérito individual e a troca justa. Enquanto a teoria austríaca enfatiza a necessidade de um mercado livre de intervenções para que os preços e as alocações de recursos sejam eficientes (Hayek, 1945), o bônus-hora promove uma distribuição de recompensas baseada no mérito e no trabalho altruísta dentro de uma comunidade espiritual, sem as distorções que as políticas monetárias expansivas podem causar na economia.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi atingido ao se analisar, sob a perspectiva econômica, se o conceito de bônus-hora proposto por Xavier no romance "Nosso Lar" guarda alguma relação com as teorias monetárias tradicionais.

A "ficha de trabalho", denominada bônus-hora, é caracterizada como um sistema de valor e recompensa fundamentada no esforço individual e no trabalho voluntário, que pode ser comparada e contrastada com as teorias monetárias tradicionais.

As teorias clássica e neoclássica compartilham com o conceito de bônus-hora a valorização do trabalho e da utilidade individual, respectivamente, enquanto a teoria keynesiana se alinha parcialmente na promoção de atividades produtivas. A teoria marxista oferece uma crítica à exploração que é ausente no sistema de bônus-hora, e a teoria austríaca enfatiza a necessidade de um sistema de valor que funcione sem intervenções distorcidas governamentais, similarmente ao objetivo do bônus-hora de promover justiça e mérito.

Uma limitação deste trabalho relaciona-se ao fato de que a abordagem comparativa adotada não explorou em profundidade as diferenças estruturais e funcionais entre o sistema descrito em "Nosso Lar" e os sistemas monetários reais. Aspectos fundamentais da dinâmica econômica, como a presença de inflação, taxa de juros, mecanismos de crédito e risco financeiro, foram apenas tangencialmente considerados, apesar de ser centrais para a compreensão dos sistemas monetários materiais. Além disso, o "bônus-hora", ao operar em uma lógica moral e meritocrática idealizada, difere significativamente em sua ausência de ajustes macroeconômicos típicos, como políticas fiscais ou monetárias, que seriam essenciais para a estabilidade em economias reais. Ressalta-se, dessa maneira, a especificidade do contexto analisado e sugere-se a necessidade de estudos futuros que investiguem mais detalhadamente as implicações dessas diferenças, ampliando a compreensão sobre as interseções entre valores éticos e sistemas econômicos.

Não foi objetivo deste trabalho investigar o grau de coerência doutrinária espírita da relação aparentemente paradoxal de reproduzir-se no mundo espiritual situações típicas do mundo material. Também se sugere, para estudos futuros, essa investigação.

Referências

- ASPROMOURGOS, T. *Nature and Economic Society: A Classical-Keynesian Synthesis*. 2023. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=FSXcEAAAQBAJ>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- BAGUS, P.; BLASCO, E. Will the Theories of the Austrian School of Economics Continue to Exist in the Future or Will More Ideas of the Austrian School Be Incorporated in Mainstream Economics? In: *The Austrian School of Economics in the 21st Century*. Springer, 2023. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-08502-4_14. Acesso em: 27 dez. 2024.
- BLANCHARD, O.; JOHNSON, D. R. *Macroeconomia*. Pearson, 2013.
- BRAGA, E. Livro "Nosso Lar", que inspirou filme com Edson Celulari, completa 80 anos; veja curiosidades. *O Globo*, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/noticia/2024/01/26/livro-nosso-lar-que-inspirou-filme-com-edson-celulari-completa-80-anos-veja-curiosidades.ghtml>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- DUKIC, M. *Comparison of Keynesian and (neo) classical economics*. Disponível em: https://www.academia.edu/download/65771427/Keynesian_vs_Classical.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.
- FISHER, I. *O poder de compra do dinheiro: sua determinação e relação com crédito, juros e crises*. Reimpressão. Cosimo Classics, 2008.
- FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. *American Economic Review*, v. 58, n. 1, p. 1-17, 1968.
- HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Boitempo Editorial, 2011.
- HAYEK, F. A. *Preços e produção*. Classic Books America, 2008.
- HAYEK, F. A. The Use of Knowledge in Society. *American Economic Review*, v. 35, n. 4, p. 519-530, 1945.
- JEVONS, W. S. *Teoria da Economia Política*. Lebooks Editora, 2018.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2. ed. Fundo de Cultura Econômica, 2012.
- LEWIN, P.; CACHANOSKY, N. *Austrian capital theory: A modern survey of the essentials*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/elements/austrian-capital-theory/A9B2D5C16BCBFFC82A5669E6DF3E8FF5>. Acesso em: 31 dez. 2024.

LUCAS, R. E. Expectations and the neutrality of money. *Journal of Economic Theory*, v. 4, n. 2, p. 103-124, 1972.

MACHADO, N. M. C. O Estranho Caso dos Preços que Querem Desvincular-se do Valor: Contributo para Uma Teoria Marxista da Inflação. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 35, n. 1, 2020.

MARSHALL, A. *Princípios de economia*. Martin Claret, 2013.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*, Volume I. 3. ed. Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*, Volume III. 3. ed. Boitempo Editorial, 2017.

MENGER, C. *Princípios de economia política*. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

MILL, J. S. *Princípios de economia política*. Edipro, 2010.

MINSKY, H. P. *Teoria da Instabilidade Financeira*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1975.

MISES, L. v. *A teoria da moeda e do crédito*. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MUTH, J. F. Rational expectations and the theory of price movements. *Econometrica*, v. 29, n. 3, p. 315-335, 1961.

PIENIAZEK, P. Austrian and Mainstream Economics: How Do They Differ? *Ekonomista*, 2018. Disponível em: <https://archiwum.pte.pl/pliki/1/8905/Ekonomista2018-2-strony-90-119.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. Editora Nova Cultural, 2011.

ROTHBARD, M. N. *O homem, a economia e o estado*. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

SMITH, A. *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Editora Abril, 2015.

TAYLOR, J. B. Discretion versus policy rules in practice. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, v. 39, p. 195-214, 1993.

THEODOSIO, B. M. Trabalho e dinheiro: a teoria monetária marxista e o dinheiro de crédito. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.51, p. 146-160, 2018.

VIDAL, F. C. de M. *Em torno do Nosso Lar: Uma análise das controvérsias produzidas*

no movimento espírita. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

XAVIER, F. C. *Nosso Lar*. 36. ed. Federação Espírita Brasileira, 1989.

Recebido em: 03/06/2024

Aprovado em: 16/02/2026

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: João Manuel Duque e Victoria dos Santos Bustamante.